

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Referencial metodológico para o estudo retroativo do capital social

Rosane Siqueira Teixeira*

Resumo: Existe um interesse crescente pelos estudos que englobam o conceito de capital social. Contudo, a grande concentração de publicações sobre o assunto do ponto de vista teórico e empírico está voltada para a realidade atual em pesquisas. Neste trabalho procuramos traçar uma metodologia de pesquisa apropriada à análise retroativa do capital social.

Palavras-chave: capital social – processos de longa duração - interdisciplinaridade

Abstract: An increasing interest for the studies exists that unite the concept of social capital. However, the great publication concentration on the subject of the theoretical and empirical point of view is come back toward the current reality in research. In this work we look for to trace a methodology of appropriate research to the retroactive analysis of the social capital.

Key-words: social capital -processes of long duration - *interdisciplinaridade*

O presente trabalho busca traçar uma metodologia de pesquisa baseada em processos de longa duração e na interdisciplinaridade, neste caso, entre sociologia e história, adequada à análise retroativa do capital social. Nesse sentido, Norbert Elias torna-se uma significativa opção metodológica. Na verdade, há escassez deste tipo de metodologia, isso porque os “múltiplos” conceitos de capital social têm sido aplicados, especialmente, em pesquisas baseadas em contextos atuais.¹

Este trabalho tem como objeto de pesquisa uma associação italiana de socorro mútuo – *Società Italiani Uniti*² - que existiu em Araraquara-SP durante o período de 1920 (ano de sua fundação) a 1940 (ano de seu encerramento). A este objeto vincula-se o estudo do capital social.³ Para tanto, primeiramente, faremos algumas abordagens sobre o conceito de capital social e da teoria de Elias. Por último, estaremos mostrando a aplicação desses dois conceitos no objeto de pesquisa.

* Mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Este trabalho tem a participação, como co-autor, do Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar).

¹ É válido destacar que o capital social possui uma natureza multidimensional, o que implique ele pode incorporar vários níveis e unidades de análise.

² Doravante *SIU*.

³ Estas reflexões estão sendo desenvolvidas em minha pesquisa de doutorado intitulada *Società Italiani Uniti: um espaço partilhado. As conseqüências do capital social*, iniciada neste ano de 2007, na Universidade Federal de São Carlos. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as transformações ocorridas nas formas de capital social no interior da *SIU*, trazendo à luz suas conseqüências, sejam elas positivas ou negativas, com o intuito de descobrir se houve ou não declínio do capital social desta associação sob a influência fascista.

1. Capital social

Pierre Bourdieu: um estudo sistematizado

Pierre Bourdieu é considerado o primeiro autor a realizar um estudo sistematizado sobre o capital social. O tratamento que ele dá ao conceito se mantém numa perspectiva instrumental, pois, para ele, as pessoas constroem suas relações levando em conta os benefícios que obteriam posteriormente (PORTES, 2000). Assim sendo, o capital social é um recurso em diferentes níveis: de controle social, de benefícios mediatizados pela família, de benefícios mediatizados por redes não-familiares. Bourdieu define o capital social como:

Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998: 67).⁴

É importante assinalar que o trabalho de Bourdieu (1998) se refere às diferentes formas de capital e à redução de todas as formas ao capital econômico. Por isso, através do capital social, os *agentes* podem ganhar acesso direto a recursos econômicos, aumentar seu capital cultural ou ainda se filiar a instituições que conferem credenciais valorosas. Para Bourdieu, o capital social é um ativo individual que determina as diferenças das vantagens extraídas do capital econômico que um indivíduo possui, adquirido através de redes de conhecimentos, das influências que ele estabelece ao longo de sua vida.

James Coleman: as estruturas das relações pessoais

James Coleman⁵ colocou o termo capital social na agenda intelectual, usando-o para realçar o contexto da educação. De forma aproximada à idéia de Bourdieu, Coleman (1988) também defende que o capital social pode constituir um recurso disponível nas redes de relações sociais, que os indivíduos podem utilizar para atingirem os seus objetivos e/ou interesses. Este recurso facilita a realização dos objetivos pessoais que não poderiam ser alcançados com sua ausência ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. Para Coleman

⁴ Bourdieu (1998) também destaca a criação do capital social através do conceito de *habitus* – as atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelos indivíduos pertencentes a mesma classe – que configura redes sociais de relacionamentos entre os agentes. Na verdade, Bourdieu iniciou o seu trabalho sobre capital social a partir do estudo sobre a *teoria da ação* (BOURDIEU, 2003).

⁵ Para análise inicial de seu trabalho, Coleman utilizou o trabalho de Glenn Loury, que introduziu o conceito de capital social a partir da crítica às teorias da desigualdade social e suas implicações políticas (PORTES, 2000: 135-136).

(1988: 98), o capital social é definido por sua função: “não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos em comum, todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura”.

A função identificada pelo conceito de capital social é, segundo Coleman (1988), o valor, enquanto recurso, de alguns aspectos da estrutura social para os atores que os utilizam na realização dos seus interesses. Dentro das estruturas sociais há, pelo menos, três grupos de elementos com essa funcionalidade: em primeiro lugar, as obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; em segundo, os canais de informações; e, em terceiro, as normas e as sanções estabelecidas.

Ao contrário de outras formas de capital, o capital social é inseparável da estrutura de relações estabelecidas por meio dos atores e entre os atores. A principal característica do capital social em relação a outras formas – físico, cultural, humano - é a sua intangibilidade. Ele só existe no espaço relacional entre e por meio das pessoas e está associado a mudanças nas crenças e opiniões das pessoas (cf. COLEMAN, 1988). Tal característica é apontada tanto por Coleman como por Bourdieu.

Robert Putnam: análise a nível macro

Na obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (2000 [1993]), Robert Putnam faz um estudo comparativo entre as regiões norte (com capital social denso desde o século XI, altamente cívico e próspero) e sul (não-cívica e pobre) da Itália, levando em conta seu desenvolvimento institucional e econômico. Segundo nos mostra o estudo, o capital social manifesta-se como um instrumento de análise macro, como um atributo das comunidades, e não como um recurso de caráter individual. Nesta perspectiva teórica, o capital social é definido como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000: 177). O foco central da obra de Putnam gira em torno da compreensão dos problemas que apresentam a ação coletiva. A obra deste autor trata, especificamente, da tendência comunitária na cooperação para a realização do bem comum ou do oportunismo.

O índice de civismo é o instrumento que Putnam (2000) constrói para analisar o grau de desenvolvimento institucional e econômico das regiões italianas. É a partir deste índice que o autor define as comunidades cívicas, que apresentam os seguintes elementos:

compromisso cívico, entendido como a participação dos indivíduos nos assuntos públicos; *igualdade política; solidariedade, confiança e tolerância*; e, especialmente, uma importante *vitalidade associativa*, tanto a respeito da quantidade de associações como do nível de participação. Putnam identifica as comunidades cívicas como as portadoras de capital social. Assim, as regiões cívicas são aquelas que contam com densas redes de associações e um ativo compromisso com os assuntos públicos, que se preservam devido ao volume de capital social.

2. Norbert Elias: processos de longa duração e interdisciplinaridade

Vimos que os enfoques teóricos a respeito do capital social são dissímeis. Apesar das diferenças, destaca-se um elemento convergente em torno das formulações: a base do capital social são as relações sociais. Nesse sentido, é a partir dessa base que procuraremos construir uma metodologia para o estudo retroativo do capital social. Assim, nos apoiaremos em alguns conceitos de Norbert Elias, visto que este autor considera as relações sociais entre os indivíduos um elemento-chave para a compreensão da sociedade. Segundo Waizbort (2001), o social em Elias é

um conjunto de relações. O “todo”, seja ele qual for- a “sociedade”, o “grupo”, a “unidade de sobrevivência” - , é um todo relacional. O que o constitui é o conjunto das relações que se estabelecem a cada momento, entre o conjunto dos elementos que o compõem (WAIZBORT, 2001: 91-92).

Isso significa que não nos separamos da sociedade como se fôssemos um ser humano singular vivendo em completo isolamento, pois a sociedade é formada pelos indivíduos. Somente existe indivíduo na sociedade e sociedade no indivíduo. Tanto um quanto o outro estão num fazer-se constante; são interdependentes. Indivíduos em si e sociedade em si são mitos (cf. WAIZBORT, 2001).

Elias trabalha sob uma perspectiva de longo prazo, ou seja, na ótica de uma sociologia processual por ele desenvolvida. Na concepção deste autor, as relações são sempre relações em processo, ou seja:

Elas se fazem e desfazem, se constroem, se destroem, se reconstroem, são e deixam de ser, podem se refazer ou não, se rearticular ou não. As relações nunca são sólidas e petrificadas; a cada instante ou elas se atualizam, ou se esgarçam, ou se fortificam, ou se mantêm, ou se enfraquecem. Mas, como quer que seja, há a cada instante algo vivo, em processo (WAIZBORT, 2001: 92).

Como o movimento na sociologia de Elias é fundamental, ele tem “sempre em vista processos, e não estados fixos e acabados” (WAIZBORT, 2001: 105).

Para Elias (1994, 2001) o campo de estudos da sociologia é o das configurações de seres humanos interdependentes. De acordo com o autor, a interdependência

parte da observação de que cada homem, desde a infância, faz parte de uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras. Dentro da rede de interdependências em que ele é posto no mundo, desenvolve-se e conserva-se - em diversos graus e segundo diversos padrões – sua relativa autonomia como um indivíduo que decide por si mesmo. Quando, investigando problemas históricos e sociais, o pensamento se detém nas atividades e nas decisões de homens isolados, como se pudessem ser explicados sem se recorrer às dependências que ligam os indivíduos entre si, então se oculta precisamente aquele aspecto das relações humanas que constitui o contexto de suas interações (ELIAS, 2001: 157).

Assim, para Elias, o que fornece o lastro para a concepção do todo relacional são as redes de interdependências. Ele substitui a imagem do homem como “personalidade fechada” por aquela de uma “personalidade aberta”, que forma a rede de interdependência e, conseqüentemente, o que chamou de configuração, ou seja, “uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (ELIAS, 1994: 249).

Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. (...) O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de ‘sociedade’ (ELIAS, 1994: 249).

Ao construir o conceito de configuração, o autor procurou contribuir para a eliminação da rigidez do pensamento que distingue e separa o indivíduo da sociedade. O conceito de configuração se refere a um padrão mutável criado na relação entre indivíduos em sociedade.

Na obra *A sociedade de corte* (2001), Elias pauta-se, acima de tudo, da crítica à própria divisão dos saberes que uns e outros representavam. Essas críticas são dirigidas aos métodos de trabalho tanto de historiadores quanto de sociólogos. Na verdade, afirmava Elias (2001: 52), “a investigação sociológica de uma época passada, com isso classificada como ‘histórica’, carecia de um esclarecimento sobre a relação entre pesquisa histórica e pesquisa sociológica”. O autor adverte para emergência de uma elaboração conjunta das duas disciplinas – história e sociologia - , ou seja, de instrumentos para captar eventos de forma processual e interdisciplinar.

3. A Società Italiani Uniti

A SIU nasceu da fusão de duas associações italianas que existiram em Araraquara: *Società Italiana di Beneficenza* e *Società Italiana di Mutuo Soccorso*. Sua cúpula era formada por membros ilustres, influentes e bem sucedidos financeiramente. Suas ocupações eram as mais diversas: comerciantes, industriais, engenheiros, médicos, entre outros, todos defensores da italianidade. Ela se caracterizava como uma associação de socorro mútuo. Também atuava com fins filantrópicos, fazendo doações expressivas que eram anunciadas pela imprensa local e que lhe davam o *self-respect*. Ademais, a SIU tinha a preocupação em auxiliar a educação dos sócios e, não por acaso, mantinha uma biblioteca e uma sala de leitura em sua própria sede. Ela funcionava como espaço de sociabilidade promovendo espetáculos teatrais e musicais, exibição de filmes, quermesses, jogos de futebol etc., dos quais participavam não só a colônia italiana como a elite local. Do mesmo modo, também comemoravam o aniversário de fundação da associação como uma festa cívica, com bailes musicais incluindo a execução do hino patriótico e exaltando o sentimento de italianidade. No entanto, além do que já foi mostrado, a *SIU* funcionava como centro de filiação ao *Fascio Italiano All'Estero*, onde, segundo Trento (1989), em Araraquara, já em 1932, localizava-se um dos mais importantes centros do PNF, cujo secretário era Giuseppe Aufiero.⁶ Na verdade, a *SIU* era um espaço partilhado. Ou seja, ela era partilhada por dois extremos.

Esta associação teve suas atividades interrompidas a partir de um decreto de 1938, que obrigava as sociedades estrangeiras a tornarem-se pessoas jurídicas brasileiras, e, com a série de decretos impostos pelo governo em 1942, seus bens foram bloqueados e seqüestrados.⁷

4. Aplicando o referencial teórico no objeto de pesquisa

Sheilagh Ogilvie⁸ (2004), em um artigo publicado no periódico *The American Historical Review*, chama atenção para o fato de que os teóricos especializados no conceito de capital social têm procurado mobilizar a história para apoiar as suas teorias, retratando o passado das sociedades como possuidor de um maior e melhor capital social. Em particular,

⁶ Giuseppe Aufiero era um conceituado médico da cidade de Araraquara. Foi presidente da *SIU* durante o período consecutivo de 1923 a 1940, ou seja, praticamente durante todo o período de atividades da mesma (1920-1940).

⁷ Também em 1938, em consequência das leis promulgadas pelo governo brasileiro, todas as organizações do PNF no Brasil cessaram suas atividades (TRENTO, 1989: 314).

⁸ Sheilagh Ogilvie é historiadora e leciona História Econômica na *University of Cambridge*. Seus estudos estão, sobretudo, centrados no desenvolvimento da Europa Central e Oriental.

diz a autora, os cientistas sociais focalizaram em seus estudos duas instituições históricas como exemplo de capital social: as associações e o local da comunidade.

De fato, o capital social de um grupo pode ser entendido como “a capacidade efetiva de mobilizar produtivamente e em benefício do conjunto, os recursos associativos que se disseminam nas distintas redes sociais a que têm acesso os membros deste grupo” (ATRIA, 2002: 581). Segundo Durston (2000), os recursos associativos que se consideram para dimensionar o capital social de um grupo ou comunidade são as relações de confiança, reciprocidade e cooperação. Sem perder de vista tal definição, é significativo dimensionar que a constituição dos grupos sociais perdura desde tempos remotos e estes se espalham e se multiplicam em diversos tipos e gêneros por todos os seus estágios. Isso nos possibilita pensar no princípio básico da razão pela qual os indivíduos estão ligados entre si, constituindo *figurações* que possuem dinâmicas próprias, o que nos remete aos conceitos de configuração e interdependência de Norbert Elias.

Fazendo uma analogia com um dos objetos de estudo de Elias, *A sociedade de corte*, podemos dizer que a *SIU* deve ser entendida como uma “formação social na qual são definidas de maneira específica as relações existentes entre os sujeitos sociais, e em que as dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros engendram códigos e comportamentos originais”. A *SIU*, assim como a *corte* em Elias, “desempenha o papel central, uma vez que organiza o conjunto das relações sociais” (ELIAS, 2001: 8). Ou seja, a *SIU* é uma configuração. Além disso, “o conceito de configuração é neutro. Ele pode se referir a relações harmoniosas, pacíficas e amigáveis entre as pessoas, assim como a relações hostis e tensas” (ELIAS, 2001: 8). Igualmente *A Sociedade de corte*, a *SIU* também é carregada de tensões, mas, segundo Elias, “isso não prejudica em nada seu caráter como uma figuração específica de indivíduos” (ELIAS, 2001: 155).

Pensar nas relações entre os membros da *SIU*, entre a *SIU* e a colônia italiana e a comunidade local com base no modelo de configuração é analisar tais instituições sociais em uma relação dinâmica criada pelo conjunto de seus integrantes, seus recursos e trajetórias particulares e compreendê-la em termos de sua processualidade. A grande vantagem na utilização da teoria elisiana para os estudos retroativos do capital social está nela conseguir alinhar simultaneamente um caráter sociológico e histórico numa perspectiva de longo prazo.

É importante assinalar que, segundo Portes (2000: 151), “por princípio, o exercício de identificar *post-factum* as causas de eventos é legítimo, desde que sejam consideradas explicações alternativas”. Contudo, adverte o autor, “estas explicações retroativas não podem ser mais que aproximativas, visto que o investigador não pode pôr

nunca de parte outras causas potenciais, e que estas explicações não foram sujeitas a teste em casos diversos”.

Referências bibliográficas

Fontes inéditas

Livro de Atas das Assembléias da *Società Italiani Uniti* (1920-1940) - Depositado no Círculo Ítalo-Brasileiro de Araraquara-SP.

Publicações

- ATRIA, Raúl. 2002, “Capital Social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo”. *CEPAL*, División de Desarrollo Social, Santiago do Chile. Disponível em: < http://www.chihuahua.gob.mx/attach2/codesoypc/uploads/Lecturas%20de%20Pol%C3%ADtica%20Social/Capital%20Social/Capital%20social%20y%20pobreza/Sexta_parte.pdf#search=%22capital%20social%20em%20raul%20atria%22 > Acesso 2 mar. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. 1998, “O capital social – Notas provisórias”. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, pp. 65-69.
- _____. 2003, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4ª ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas-SP, Papirus.
- COLEMAN, James S. 1988, “Social capital in the creation of human capital”. *American Journal of Sociology*, v. 94, Supplement, pp. 95-120.
- DURSTON, John. 2000, “Qué es el capital social comunitario?” *CEPAL*, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, julho. Disponível em: < <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/4885/lcl1400.pdf> > Acesso em 2 mar. 2007.
- ELIAS, Norbert. 1994, *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., vol. 1.
- _____. 2001, *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.
- OGILVIE, Sheilagh. 2004, “How does social capital affect women? Guilds and communities in early modern Germany”. *The American Historical Review*. v. 109, issue 2, april. Disponível em: < <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/109.2/ogilvie.html> > Acesso em 27 fev. 2007.
- PORTES, Alejandro. 2000, “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, pp. 133-158. Disponível em: < <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf> > Acesso em 28 fev. 2007.
- PUTNAM, Robert D. 2000, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- TRENTO, Ângelo. 1989, *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo, Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.
- WAIZBORT, Leopoldo. 2001, “Elias e Simmel”. In: NEIBURG, Federico *et al.*; WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2 ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, pp. 89-111.